



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações básicas

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Divisão de Serviços Gerais - DISEG-COLOP-CGRL-DAD.

Objeto da futura contratação: Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, e de elaboração e atualização de Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA, por meio de Brigada de Incêndio Particular, nas edificações deste MCTI, localizados na Esplanada dos Ministérios-Bloco E- Brasília-DF e SEP 507 BL B, - Lt - 2 - Asa Norte - Brasília-DF.

Processo nº 01245.007020/2021-34

Sumário

1. Introdução
2. Descrição da Necessidade
3. Área Requisitante
4. Descrição dos Requisitos necessários ao atendimento da necessidade
5. Levantamento de Mercado
6. Descrição da solução com um todo
7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas
8. Estimativa do Valor da Contratação
9. Estimativa do Valor da Contratação
10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes
11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Órgão
12. Resultados Pretendidos
13. Providências a serem adotadas
14. Possíveis Impactos Ambientais
15. Declaração de viabilidade

16. Outras Considerações**17. Da Participação ou não de Cooperativas****18. Da participação ou não de consórcio****1. Introdução**

Os Estudos Preliminares devem ser realizados anteriormente às contratações, visando a análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A Equipe de Planejamento, designada pela PORTARIA MCTI nº 4.694, de 23 de abril de 2021, publicada no Boletim de Serviço Suplementar nº 8, de 23 de abril de 2021, para elaborar os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e para o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do MCTI e o interesse público, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduza ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento apresenta não apenas os estudos preliminares, realizados pela equipe de Planejamento da Contratação que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas no art. 24, § 1º, mas também traz o estudo de gerenciamento de riscos, materializado no mapa de riscos, conforme art. 26 da referida instrução, observados os demais parágrafos, mas também um arcabouço para otimizar a contratação.

2. Descrição da necessidade

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação para o atendimento de demanda formalizada pelo documento (7118674).

Devido a impossibilidade de renovação com atual prestadora desse serviço, a empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA, cujo objeto é a prestação contrato vigente, com data de expiração para o dia 15 de fevereiro de 2022, torna-se imperiosa a abertura de novo processo licitatório, considerando o caráter de natureza continuada do serviço.

A contratação justifica-se pela necessidade de prover o MCTI de segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e abandono de área e de prestação de atendimentos de primeiros socorros, de urgência e emergência, aos servidores, prestadores de serviços e visitantes, e objetiva, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente.

Diante dos fatos apresentados, verifica-se a necessidade da contratação, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades do Órgão e não possui correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal do MCTI.

Ademais o serviço objeto da contratação é imprescindível, pois cabe ao MCTI, zelar pela conservação da estrutura dos prédios e evitar danos maiores causados pela ação de fogo.

A presente contratação trata-se de serviços terceirizados relativos à segurança da edificação e à garantia das vidas humanas, objeto de execução indireta, cujas atividades são acessórias ou complementares aos assuntos que constituem áreas de competências legais do MCTI, e não se constituem em atividades inerentes às categorias profissionais do quadro de pessoal deste Ministério, conforme estabelece o Decreto nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018.

Este serviço tornou-se obrigatório, conforme o disposto na Portaria nº 26/2008- CBMDF, de 21.10.2010, Anexo A - Dimensionamento da brigada de incêndio em edificações. Assim, a contratação também visa atender as exigências das normas de regulamentos de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal (RSIP-DF).

A Administração espera com a contratação em tela obter a necessária a segurança e conservação dos imóveis de modo a garantir a conservação do patrimônio, assim como assegurar a vida e segurança dos servidores, colaboradores e visitantes que buscam os serviços prestados por este MCTI.

3. Área requisitante

Requisitante: Divisão de Serviços Gerais

Responsável: Sonia Regina da Silva Oliveira

4. Descrição dos Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Contratação de empresa especializada e com experiência comprovada;

Alocação pela empresa Contratada de empregados para execução dos serviços observando os cargos descritos, consideradas as suas respectivas atribuições e requisitos;

Desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços nas dependências do órgão ou entidade;

Exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

Pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina a IN SEGES nº 5/2017;

Vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

A mão de obra para atender a esta demanda deve ter no mínimo a seguinte qualificação:

- Nível médio completo ou incompleto;
- Curso de Formação de Brigada (Bombeiro Civil): Formação: 240 horas e Atualização (reciclagem): 120 horas.
- Ser credenciado junto ao CBMDF, nos termos da Norma Técnica 006/2000 - CBMDF ou outra equivalente que vier a substituí-la.

Licitante estar regularmente credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal ao tempo da habilitação técnica, em consonância com a Norma Técnica nº 6/2000 - CBMDF.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. Levantamento de Mercado

Em análise realizada pela área demandante, das alternativas possíveis de soluções de mercado para a contratação em busca das soluções, conforme documentos SEI: Contrato nº 80/2020 - TJDF (7954486), Contrato nº 05/2020-MINFRA (7954492), Contrato nº 28/2017- MDR (7954531) e Pregão Eletrônico 17/2020 (7954571) foi levado em consideração contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, e dentre as soluções encontrou-se apenas um modelo de contratação. Isso se deve a obrigatoriedade de obedecer a Lei nº 4.204, de 5 de setembro de 2008 e as Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF e a Norma Técnica nº 02/2009 - CBMDF, que determinam os quantitativos com base nas populações fixa e flutuante das edificações e suas classificações de risco. Desse modo dentre as formas de mensuração a mais comumente encontrada é:

- O modelo de Contratação com pagamento por posto de trabalho.

A solução proposta como unidade de medida para a mensuração dos resultados por postos de trabalho, justifica-se devido à viabilidade da flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, sem que haja permissão de horas extras e por ser método comumente utilizado nas contratações de objeto igual ou similar, conforme excepcionalidade prevista na alínea d.1.3. do item 2.6 do Anexo V, da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, devido as seguintes características:

- Impossibilidade de estabelecer critério de medição de resultado que não seja por posto de trabalho, em razão das atividades a serem desempenhadas não permitirem o adequado cálculo numérico;
- Possibilidade de flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente; e
- Por ser modelo comumente utilizado por todos os entes pesquisados.

6. Descrição da solução com um todo

Dessa forma, considerando o apresentado no item acima, a descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de equipamentos de proteção individual - EPIs e equipamentos/materiais de primeiros socorros, abandono de edificação e desenvolvimento de política preventivista de segurança contra incêndio, a serem executados nas edificações guarnecidas.

Os postos de trabalho serão distribuídos em turnos de trabalho (diurno ou noturno), observado o total semanal de 36 (trinta e seis) horas (conforme disposto no art. 5º da Lei 11.901/2009), de acordo com a escala de serviço da contratada e considerando:

Categoria	Dias	Horário	Escala
Chefe de brigada	segunda-feira a domingo	7h às 19h	12 x 36 - diurno

Brigadista diurno	segunda-feira a domingo	7h às 19h	12 x 36 - diurno
Brigadista noturno	segunda-feira a domingo	19h às 7h	12 x 36 - noturno

Não será permitida a prorrogação da jornada de trabalho ou prestação de serviço durante o período de descanso.

No período noturno e nos finais de semana permanecerão apenas dois bombeiros em cada edifício, em atenção ao item 4.6.3.1 da NT 0007/2011-CBMDF.

Para a cotação de preços, deverão ser observados os pisos salariais das respectivas categorias, fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Como metodologia para a estimativa do quantitativo de postos a serem contratados para a prestação de serviços de brigada, considerar-se-ão os seguintes normativos:

Lei nº 11.901, de 12/01/2009 que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências;

Norma técnica nº 007/2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF que fixa os critérios de dimensionamento, atribuições, formação e atuação das Brigadas de Incêndio em edificação e eventos no Distrito Federal;

Lei nº 4.204, de 5 de setembro de 2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de brigadas de incêndio em edificações;

Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA, aprovado pelo CBMDF, quando houver;

Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF que dispõe sobre a emissão do Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, corroborado pela Norma Técnica nº 007/2011 - CBMDF, o quantitativo de postos de brigada deve ser dimensionado de acordo com a população fixa da edificação na forma do anexo A da referida Norma Técnica, atentando-se ao Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

O horário estabelecido para prestação dos serviços da Brigada poderá ser alterado, independente de termo aditivo, desde que obedecida a carga horária regulamentar e definida e mediante aprovação por parte da contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Para o dimensionar a demanda de postos, os órgãos e entidades participantes devem considerar a Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, que estabelece o dimensionamento da Brigada de Incêndio em edificações, como se segue na tabela abaixo:

Risco de Incêndio	Composição da Brigada de Incêndio	População Fixa									
		Até 10	11 a 50	51 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1000	1001 a 2000	2001 a 3500	3501 a 5000	Acima de 5000 para cada grupo de 4000 ou fração acima de 2000
A	Supervisor	-	-	-	-	-	-	-	-	**1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	-	**1	1	1	1
	Brigadista Particular	-	-	-	-	2	4	4	4	6	2
	Brigadista Voluntário	-	-	-	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
B1	Supervisor	-	-	-	-	-	-	-	**1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	**1	1	1	1	1
	Brigadista Particular	-	-	-	2	4	4	4	4	6	2
	Brigadista Voluntário	-	-	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
B2	Supervisor	-	-	-	-	-	-	**1	1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	**1	1	1	1	1	2
	Brigadista Particular	-	-	2	4	4	4	4	4	6	4
	Brigadista Voluntário	-	20%	20%	20%	15%	10%	10%	10%	10%	10%
C1	Supervisor	-	-	-	-	-	-	**1	**1	1	1
	Chefe	-	-	-	-	-	**1	1	1	2	2
	Brigadista Particular	-	-	-	2	4	4	4	6	8	4
	Brigadista Voluntário	30%	30%	30%	20%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
C2	Supervisor	-	-	-	-	-	**1	**1	1	2	1
	Chefe	-	-	-	-	**1	1	1	2	4	2
	Brigadista Particular	-	-	2	4	4	4	6	8	10	4

	Brigadista Voluntário	50%	50%	30%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
* Risco da edificação definido pela Norma Técnica nº 02/2009 - CBMDF											
** Período de 6 horas											

No período noturno, o quantitativo de postos de brigadistas será de 2 (dois), onde seja obrigatória a presença da brigada de incêndio, conforme Norma Técnica nº 007/2011.

O quantitativo de brigadistas é calculado considerando a população fixa da edificação, ponderando as especificidades de cada órgão ou entidade.

Na ponderação das especificidades de cada edificação, considerar-se-á o Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA e, por conseguinte, a classificação de risco da edificação, em atenção à Norma Técnica nº 02/2016-CBMDF, como se segue:

Ocupação/uso	Risco				
	Baixo	Médio		Alto	
		B1	B2	C1	C2
Serviços Profissionais	Agências Bancárias	Centro de Processamento de dados	Almoxarifados	Aplicação de líquidos inflamáveis	-
	Escritórios administrativos e técnicos	Laboratórios Técnicos-Científicos	Centrais de Polícia	-	-
	Instituições Financeiras	-	Delegacias	-	-
	Postos Policiais	-	Estúdios de Gravação de imagem	-	-
	Quarteis	-	-	-	-
	Repartições Públicas	-	-	-	-
Escolares	-	Escolas com área até superior a 200 m ² e : Escolas Profissionais	-	-	-
Concentração de público	Sala de reuniões	Auditórios	-	-	-
	-	Bibliotecas e assemelhados	-	-	-
	-	Galeria de Arte	-	-	-
	-	Locais de exposição permanente	-	-	-
	-	Museus	-	-	-
Garagens	-	Estacionamento de veículos	-	-	-
Hospitalares	-	-	Hospitais	-	-
Depósitos	-	-	Arquivos públicos	-	-
Armazenamento e instalações de alto risco	-	-	-	-	Armas e munições
Especiais	-	-	-	Cadeias	-
	-	-	-	Casa de detenção	-
	-	-	-	Quartéis com cadeia	-
	-	-	-	Presídios	-

O Bloco “E” tem 21.317m², com população fixa de aproximadamente 1.400 (mil e quatrocentos) servidores e um público flutuante em torno de 300 (trezentas) pessoas/dia, COM CLASSE DE RISCO – Norma Técnica nº. 02/2009 – CBMDF CLASSE “A”.

E na SEP 507 BL B, - Lt - 2 - Asa Norte - Brasília-DF, tem 6.299,42m², com população fixa de aproximadamente 900 (novecentos) servidores e um público flutuante em torno de 100 (cem) pessoas/dia, COM CLASSE DE RISCO – Norma Técnica nº. 02/2009 – CBMDF CLASSE “A”.

O quantitativo de pessoal fixo será informado pela contratante à contratada sempre que houver mudança que implique redimensionamento da equipe da contratada.

No valor dos postos, serão inclusos os custos do fornecimento a seus empregados de uniformes, materiais e equipamentos condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante.

SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A PRINCÍPIO DE INCÊNDIO E PÂNICO									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	ESCALA	HORÁRIO	UNIDADE DE	CBO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE BOMBEIROS

						MEDIDA			
Único	04	25550	Chefe de Brigada (Líder)	12 x 36	7h às 19h	Posto	5103-05	02	04
	05	25550	Brigadista Particular diurna	12 x 36	7h às 19h	Posto	5771-10	08	16
	06	25550	Brigadista Particular noturna	12 x 36	19h às 7h	Posto	5771-10	06	12
	TOTAL							16	32

8. Estimativa do Valor da Contratação

Foi realizada pesquisa de preços referenciais de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, conforme documentos, sendo respeitados os parâmetros previstos nos incisos do art. 5º, assim como buscou-se a pesquisa mais abrangente, envolvendo principalmente as contratações similares de outros entes públicos e o Pannel de Preços do Ministério da Economia para que os valores reflitam precisão e vantajosidade para a Administração.

Contratos similares:

- Contrato nº 80/2020 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- Contrato nº 05/2020 do Ministério da Infra Estrutura;
- Contrato nº 28/202-17 do Ministério do Desenvolvimento Regional; e
- Pregão Eletrônico nº 17/2020 do Ministério do Turismo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE BOMBEIROS	CONTRATO Nº 80/2020 -TJDFT	PREGÃO ELETRÔNICO 10/2020 -MINISTÉRIO DO TURISMO	CONTRATO Nº 05/2020-MINFRA	CONTRATO Nº 28/2017-MDR	VALOR MENSAL MÉDIO MENSAL	VALOR MENSAL MÉDIO ANUAL
1	Bombeiro Civil (12x36 diurno)	8	16	R\$ 15.786,52	R\$ 15.269,90	R\$ 15.104,32	R\$ 20.297,40	R\$ 16.614,54	R\$ 132.916,28
2	Bombeiro Civil (12x36 noturno)	6	12	R\$ 17.480,26	R\$ 17.993,58	R\$ 16.721,02	R\$ 16.996,41	R\$ 17.297,82	R\$ 103.786,91
3	Bombeiro líder (12x36 diurno)	2	4	R\$ 19.068,77	R\$ 20.185,66	R\$ 18.423,32	R\$ 20.826,21	R\$ 19.625,99	R\$ 39.251,98
VALOR MENSAL							R\$ 275.955,17		
VALOR ANUAL							R\$ 3.311.461,98		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não do objeto

Apesar de a regra a ser observada pela Administração nas licitações ser o parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

De acordo com o Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário “deve ser evitado o parcelamento” de serviços não especializados, a exemplo de **limpeza**, copeiragem, garçom, etc., sendo objeto de parcelamento os serviços apenas aos que reste comprovado, que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática.

Ademais, de acordo com os incisos I e II, § 3º, do Art. 40, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o parcelamento não será adotado quando a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor e o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, que é o caso da contratação em comento.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

Ainda os serviços configuram-se como serviço de natureza continuada, assim torna-se conveniente, em razão dos custos envolvidos na sua contratação, um dimensionamento maior do prazo contratual, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de que cabe citar, por exemplo, evitar custos administrativos com contratações repetitivas que ensejariam dispêndios, haja vista que, a necessidade e conveniência de manter disponíveis os serviços elencados neste instrumento são imprescindíveis à Administração pelos motivos ora expostos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não guarda relação com nenhuma outra contratação presente ou futura no âmbito deste Ministério, sendo que é uma contratação independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Órgão

A demanda consta do Formulário - Planejamento das Contratações DISEG (6818002) item 123 - Prestação dos Serviços de Brigada de Combate a Incêndio.

12. Resultados Pretendidos

A Administração espera com a contratação em tela obter a necessária a segurança contra danos causados por ação do fogo, por meio da prevenção para manter a correta conservação dos imóveis de modo a garantir a conservação do patrimônio, assim como assegurar a vida e segurança dos servidores, colaboradores e visitantes que buscam os serviços prestados por este MCTI.

A contratação também visa evitar custos financeiros decorrentes da ação do fogo, e ainda visa garantir que os servidores possam se ocupar única e exclusivamente de suas atividades fins, quais sejam:

- a) a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas públicas de ciência e tecnologia;
- b) a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;
- c) o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes à ciência e tecnologia.

13. Providências a serem adotadas

Devido às recentes e constantes mudanças nas legislações relativas às contratações públicas e relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos, torna-se necessário a capacitação constante dos servidores que atuarão nas demandas de contratações, na gestão e na fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação está alinhada com a política de contratações sustentáveis do Plano de Gestão de Logística Sustentável e procura atingir a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Esta contratação não acarreta em impactos para o meio ambiente por não haver aquisições nem consumo de materiais, água ou energia.

15. Declaração de viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento declara que a contratação pretendida é viável devido:

À disponibilidade, uma vez que há no mercado empresas especializadas para atender à demanda;

À possibilidade, uma vez que a demanda se enquadra na categoria de serviços comuns, que trata a Lei nº 10.024/19 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas encontrada no mercado;

À exequibilidade, uma vez que a pesquisa de preços de mercado demonstrou que os valores referência para a contratação são compatíveis para os serviços pretendidos.

À efetividade, uma vez que a disponibilidade, a possibilidade e a exequibilidade atendem à necessidade deste MCTI para a contratação dos serviços que são indispensáveis ao cumprimento de sua missão institucional.

Equipe responsável designada pela PORTARIA MCTI Nº 4.694, de 23 de abril de 2021, publicada no Boletim de Serviço Suplementar nº 8, de 23 de abril de 2021.

16. Outras Considerações

16.1- Da Participação ou não de Cooperativas

Não se aplica a participação de Cooperativas, uma vez que é vedada a participação de cooperativas em licitação quando para o serviço houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, conforme enunciado da Súmula 281 do TCU.

"SÚMULA Nº 281

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade".

16.2 Da participação ou não de consórcio

Poderá participar consórcio de pessoas jurídicas, desde que observadas as seguintes normas:

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Membro da equipe de planejamento: Uéliton José Duarte	Matrícula SIAPE: 2008637	CPF: 881.191.491-49
Membro da equipe de planejamento: Flávio Gonçalves de Araújo	Matrícula SIAPE: 2004067	CPF: 619.099.631-00

Referência: [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 40, de 22 de maio de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Uéliton José Duarte, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 05/08/2021, às 10:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Gonçalves Araújo, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 05/08/2021, às 10:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7267972** e o código CRC **ABEB6C96**.

